

**MÁRLON REIS, ESTORILIO & LÉDA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE  
DIREITO DA \_\_\_ VARA CÍVEL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

**EDUCAFRO BRASIL - EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE  
AFRODESCENDENTES E CARENTES**, cuja mantenedora é a  
**FAECIDH – FRANCISCO DE ASSIS: EDUCAÇÃO, CIDADANIA,  
INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS**, associação civil sem fins lucrativos,  
inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.621.636/0001-04, com sede e foro na Rua  
Riachuelo, 342, Centro, CEP 01007-000, São Paulo - SP, reconhecida como  
organização da sociedade civil brasileira pela Organização dos Estados  
Americanos – OEA, neste ato devidamente representada por seu  
Diretor-Presidente e por seus advogados;

**CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS**, associação civil  
sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 56.463.714/0001-90, com sede  
na Av. Higienópolis, 890, CEP 01238-000, São Paulo – SP, neste ato  
representada por seu Diretor Presidente e por seus advogados;

**MÁRLON REIS, ESTORILIO & LÉDA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**ALIANÇA NACIONAL LGBTI+**, inscrita no CNPJ nº 06.925.318/0001-60, com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 366 cj, 43, Curitiba/PR, neste ato representada por seu Diretor Presidente e por seus advogados;

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FAMÍLIAS HOMOTRANSAFETIVAS – ABRAFH** com sede na Rua Clóvis Beviláqua nº 173, sl. 102, Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20520-160, CNPJ: 23.420.475/0001-32, vêm, respeitosa e tempestivamente, à presença de V. Exa., propor a presente

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

em face de **NELSON PIQUET SOUTO MAIOR** (“PIQUET”), brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 230.784 – SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 761.683.281-49, residente e domiciliado no Campos Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Edifício Autotrac, Asa Norte, Brasília – DF, CEP 70.910-900

### **1 - Síntese da demanda**

As Associações Autoras requerem por meio da presente Ação Civil Pública a prestação de tutela jurisdicional para reparação de dano moral coletivo e dano social infligidos à população negra, à comunidade LGBTQIA+, e ao povo brasileiro de modo geral, em razão das graves ofensas racistas e homofóbicas vociferadas pelo réu, com a responsabilidade de quem porta a imagem pública de esportista tricampeão mundial de Fórmula-1 brasileiro, portanto figura pública de renome mundial, em face do piloto inglês negro heptacampeão da Formula-1 Lewis Hamilton, em celerada e nauseante entrevista concedida em novembro de 2021 e que ganhou imensa notoriedade no Brasil e no mundo em junho de 2022, declanchando gigantesca onda de revolta e indignação.

Durante a malfadada entrevista, em que o réu comenta acidente ocorrido no Grande Prêmio de Silverstone, na Inglaterra, em julho de 2021, ele refere-se múltiplas vezes a Lewis Hamilton com menosprezo, sem sequer citar o nome do piloto inglês, referindo-se a ele apenas como “neguinho”, e incorrendo também em homofobia, ao comentar a temporada de 1982, afirmando que *“O ‘neguinho’ devia estar dando mais c\* naquela época”*.

Em síntese: o réu, líder e expoente do esporte brasileiro, em manifestação explícita de racismo e de homofobia, violou a um só tempo o direito fundamental difuso à honra da população negra e da comunidade LGBTQIA+.

O principal objetivo da presente ação – aqui apresentado de forma geral – é o de demandar do Estado-Juiz que ordene a adoção, pelo réu, de obrigações de fazer consistentes em medidas de equidade e em práticas

antirracistas e anti-homofóbicas, acompanhadas do dever de indenizar por danos morais coletivos.

O direito cuja aplicação é reclamada na presente ação coletiva não é o relativo à esfera individual do piloto inglês negro heptacampeão de Fórmula-1 Lewis Hamilton, vítima de imprecações racistas e homofóbicas que materializam o menoscabo à honra e à dignidade; mas o direito de toda a sociedade brasileira de não se ver afrontada por nenhuma forma de racismo nem de homofobia, ambas ofensivas à generalidade das pessoas, gerando repulsa e indignação, o que leva à necessária aplicação do dever de reparar o dano moral perpetrado contra todos, indistintamente, pela via da grave violação de valores fundamentais historicamente conquistados.

## 2 - Da Gratuidade de Justiça

As Associações Autoras invocam o direito à gratuidade de Justiça previsto no art. 18 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985): “Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais”.

## 3 - Do cabimento de Ação Civil Pública

A presente ação é proposta com fulcro no art. 1º, IV e VII, da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24.07.1985) e no art. 55 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20.07.2010).

#### 4 - Da legitimidade ativa das Associações Autoras

De acordo com o art. 5º Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24.07.1985), têm legitimidade para propor Ação Civil Pública associação que, concomitantemente, esteja constituída há mais de um ano nos termos da lei civil, e que inclua, entre as suas finalidades institucionais, a defesa dos interesses protegidos pelas referidas leis.

A EDUCAFRO BRASIL - EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE AFRODESCENDENTES E CARENTES foi constituída em 14 de maio de 2014, como entidade não governamental administrada pela mantenedora FAECIDH FRANCISCO DE ASSIS: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos humanos, associação civil sem fins lucrativos, razão pela qual atende ao primeiro requisito. Tem por finalidade “o acesso da população afro-brasileira a todos os bens necessários a uma vida digna, em igual condição entre as diferentes etnias que compõem este país” (Estatuto, art. 1º, § 2º). O Art. 17 prescreve que compete ao Diretor Presidente Representar a associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, razão pela qual o segundo requisito também resta preenchido.

O CENTRO SANTO DIAS DE DIREITOS HUMANOS foi constituído em 8 de fevereiro de 2007, portanto atende ao primeiro requisito. Tem por finalidade estatutária atuar como “órgão de defesa da pessoa humana

e da coletividade” (Estatuto, art. 2º, I), e “promover ou propor formas de eliminar as injustiças, revelando as violações dos Direitos Humanos e suas causas, de maneira a permitir a solicitação dos Direitos e da Justiça” (Estatuto, art. 2º IV). Reza o art. 20º, II, do Estatuto, que Compete ao Presidente “representar a Entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente”, razão pela qual o segundo requisito está atendido.

A Aliança Nacional LGBTI+ é organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Trabalha com a promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania da comunidade brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+) através de diversas parcerias com pessoas físicas e jurídicas. Atualmente tem em torno de 2300 pessoas físicas afiliadas e tem coordenações de representação em cada uma das 27 Unidades da Federação e também em mais de 320 municípios brasileiros. Tem 60 áreas temáticas e específicas, além de grupos de trabalho para casos emblemáticos.

Neste sentido, a Aliança acompanhou presencialmente as principais decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da população LGBTI+. Entre elas podemos citar: o reconhecimento do direito das pessoas trans à identidade de gênero em 2018 (ADI 4275); o reconhecimento em 2019 da violência e da discriminação LGBTIfóbicas como uma forma de racismo e punível como tal (ADO 26/MI 4733); o reconhecimento em 2020 da natureza discriminatória da restrição à doação sangue por homossexuais (ADI 5543). Ainda, nesta época de pandemia e sessões virtuais do STF, também proferiu decisões declarando inconstitucionais leis municipais que proíbiam a abordagem de questões de

gênero e LGBTI+ nos estabelecimentos de ensino (ADPF 457, 460, 461, 465, 467, 527), bem como a revogação da Lei “Escola Livre” no estado de Alagoas (ADI 5537). (Informações adicionais na Coletânea “Diversidade” publicada pelo STF <https://bit.ly/2FWIgnS>).

A Aliança Nacional LGBTI+ atua em diversas ações civis públicas pelo país merecendo destaque a 5020239-50.2020.4.03.6100 que condenou a União ao pagamento de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) em danos morais coletivos pelas falas discriminatórias de um ex-ministro da educação.

A atuação da associação visa inibir todos os tipos de discriminação contra a população LGBTI+ no país, inicialmente buscamos sempre enfrentar a discriminação por meios educativos, mas, em caso de impossibilidade de resolução amigável medidas jurídicas serão adotadas.

A Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas também atua na defesa dos direitos da população LGBTI+ e esteve presente na condição de amicus curiae em diversas das mais emblemáticas ações no Supremo Tribunal Federal, presente em todas as unidades federativas do país e atuante em ações civis públicas nesta temática.

## 5 - Da tempestividade

No silêncio da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985) quanto ao prazo prescricional para propositura da ação, pacificou-se a jurisprudência no sentido de que se aplica a prescrição quinquenal (Resp 1.473.846/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2017).

Como os fatos ocorreram em novembro de 2021, a presente ação é tempestiva.

## 6 - Dos fatos

Em novembro de 2021, o Canal *Enerto* do YouTube veiculou vídeo que voltou a circular em 26 de junho de 2022, quando ganhou imensa repercussão no Brasil e no mundo, causando enorme indignação nos meios de comunicação nacionais e internacionais e nas redes sociais.

Nesse vídeo, o réu, ex-piloto tricampeão brasileiro de Fórmula 1, em entrevista ao jornalista Ricardo Oliveira, refere-se múltiplas vezes de forma racista, humilhante e vexatória ao piloto inglês negro heptacampeão de Fórmula 1 Lewis Hamilton, sem sequer citar o nome de Hamilton, chamando-o apenas de “neguinho”:

*"O neguinho meteu o carro e não deixou (Verstappen desviar). O neguinho deixou o carro porque não tinha como passar dois*



*carros naquela curva. Ele fez de sacanagem. A sorte dele foi que só o outro se f\*deu. Fez uma p\*ta sacanagem"*

A fala racista, injuriosa, ofensiva e ultrajante ocorreu no contexto de comentário do réu sobre o acidente ocorrido no Grande Prêmio de Silverstone, na Inglaterra, em julho de 2021 – acidente esse que envolveu os pilotos Lewis Hamilton e Max Verstappen – e repercutiu negativamente em todo o mundo.

O próprio réu admitiu ter dito o que disse, quando formulou mal-ajambrado pedido de desculpas dizendo que a palavra “neguinho” é usada coloquialmente no Brasil como “cara” ou “pessoa”, e minimizando, dessa forma, a conotação racista e escravocrata do termo.

Importa evocar desde logo, a propósito de tal esfarrapado pedido de desculpas do réu, a análise de Djamila Ribeiro, em artigo no jornal *Folha de S.Paulo* de 30 de junho de 2022, segundo a qual

*“De fato, pessoas brancas – e me refiro no geral, de todas as vertentes políticas, não apenas ao ex-piloto brasileiro, um convicto eleitor do atual presidente do país – se sentem confortáveis para serem racistas no Brasil e utilizam em larga escala as palavras ‘neguinho’, ‘nego’ e ‘negão’”.*

Contudo, prossegue Djamila Ribeiro,

*“essas expressões não são sinônimos de ‘pessoa’, uma vez que a marcação do outro é justamente um modo de desumanizar. Na própria entrevista, enquanto Hamilton é apenas um ‘neguinho’, não existe ‘o branquinho’ para se referir a um piloto branco.*

*E é importante salientar que o uso de ‘nego’ é sempre para salientar algo negativo”.*

A gravidade do ocorrido foi reconhecida desde logo nos meios esportivos, a ponto de ter a Fórmula 1 decidido banir o ex-piloto do chamado “paddock” das provas da categoria. O paddock é o local que abriga as equipes, veículos, oficiais de prova e convidados durante as corridas.

Além disso, a Fórmula 1 e a Mercedes, equipe de Hamilton, publicaram comunicados em 28 de junho de 2022 condenando falas racistas e discriminatórias contra o heptacampeão inglês Lewis Hamilton. Embora sem citar expressamente o réu e ex-piloto brasileiro nas notas, ambas ressaltaram o esforço do heptacampeão inglês para combater o racismo e aumentar a diversidade no esporte.

De acordo com o comunicado da Fórmula-1:

*"Linguagem discriminatória ou racista é inaceitável de qualquer forma e não deve fazer parte da sociedade. Lewis é um embaixador incrível do nosso esporte e merece respeito*

*"Seus esforços incansáveis para aumentar a diversidade e a inclusão são uma lição para muitos e algo com o que estamos comprometidos na F1".*

A Mercedes afirmou por sua vez que condena “*nos termos mais fortes qualquer uso de linguagem racista ou discriminatória de qualquer tipo*”.

A Federação Internacional de Automobilismo (FIA), que regula o esporte, postou a seguinte mensagem nas redes sociais:

*“A FIA condena fortemente qualquer expressão racista ou discriminatória, que não tem lugar no esporte ou na sociedade. Prestamos nossa solidariedade a Lewis Hamilton e nosso apoio ao seu compromisso pela igualdade, diversidade e inclusão no esporte a motor”.*

Logo após a divulgação do vídeo, o piloto inglês Lewis Hamilton manifestou-se nas redes sociais dizendo, em português, “*Vamos focar em mudar a mentalidade*”, concluindo em inglês logo em seguida:

*“É mais do que linguagem. Essas mentalidades arcaicas precisam mudar e não têm lugar no nosso esporte. Eu fui cercado por essas*

*atitudes e fui alvo delas a minha vida toda. Houve muito tempo para aprender. Chegou a hora da ação".*

Porém o réu e ex-piloto brasileiro não se limitou à ofensa racial, incorrendo também em homofobia.

Segundo informa reportagem do UOL, em outro trecho da celerada e nauseante entrevista, divulgado em 30 de junho de 2022, o réu é perguntado sobre a temporada de 1982, bem como o que achava do campeão daquele ano, Keke Rosberg. Em resposta, ele afirma que Keke “era um bosta”. Em seguida, ele compara Keke com o filho, Nico Rosberg, campeão mundial de Fórmula 1 em 2016:

*"O Keke? Era um bosta, não tinha valor nenhum. É que nem o filho dele [Nico]. Ganhou um campeonato. O 'nequinho' [Hamilton] devia estar dando mais c\* naquela época, aí tava meio ruim".*

Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, o trecho foi reproduzido pelo portal *Grande Prêmio*, e a entrevista foi originalmente concedida em novembro de 2021 a um canal do YouTube chamado *Motorsports Talks*, que retirou o vídeo do ar. A *Folha* relata que no primeiro momento da entrevista, o réu chama Hamilton de “nequinho” duas vezes.

O jornal *Folha de S.Paulo* informa que a bancada do PSOL na Câmara dos Deputados denunciou os fatos ao Ministério Público do Distrito Federal

e dos Territórios, acusando o ex-piloto de praticar crime de discriminação ou preconceito.

Os vídeos da celerada e nauseante entrevista do réu foram amplamente divulgados pela mídia nacional e internacional e tiveram gigantesca repercussão no Brasil e no mundo, declanchando grave onda de revolta e indignação em toda a sociedade brasileira, além de imensa repercussão internacional. As matérias abaixo mencionadas ilustram a enorme difusão alcançada pelas falas racistas e homofóbicas do réu:

FOLHA DE S.PAULO – “Nelson Piquet comenta manobra de Lewis Hamilton e usa termo racista: 'Neguinho'”, 26 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2022/06/nelson-piquet-comenta-manobra-de-lewis-hamilton-e-usa-termo-racista-neguinho.shtml>>. Acesso em 1º.07.2022.

FOLHA DE S.PAULO – “Antes de ser chamado de neguinho por Piquet, Hamilton já alertou sobre racismo no Brasil”, 28 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2022/06/antes-de-ser-chamado-de-neguinho-por-piquet-hamilton-ja-alertou-sobre-racismo-no-brasil.shtml>>. Acesso em 1º.07.2022.

FOLHA DE S.PAULO – “Nelson Piquet pede desculpas para Lewis Hamilton e diz que foi 'mal pensado'”, matéria de Ana

Cora Lima. 29 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2022/06/nelson-piquet-pede-desculpas-para-lewis-hamilton-e-diz-que-foi-mal-pensado.shtml>>. Acesso em 1º.07.2022.

FOLHA DE S.PAULO – “Piquet ofende Hamilton e usa expressão homofóbica em novo trecho da entrevista”, 1º de julho de 2022. Disponível em:

<<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2022/07/piquet-ofende-hamilton-e-usa-expressao-homofobica-em-novo-trecho-da-entrevista.shtml>>. Acesso em 02.07.2022.

FOLHA DE S.PAULO – “Nelson Piquet é denunciado ao Ministério Público por falas racistas sobre Hamilton”, 1º de julho de 2022. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/07/nelson-piquet-e-denunciado-ao-ministerio-publico-por-falas-racistas-sobre-hamilton.shtml>>. Acesso em: 02.07.2022.

O ESTADO DE S.PAULO – “Nelson Piquet usa termo racista e chama Hamilton de ‘neguinho’ ao comentar acidente com Verstappen”, 27 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://esportes.estadao.com.br/noticias/velocidade,piquet-hamilton-verstappen-racista-neguinho,70004102937>>. Acesso em 1º.07.2022.

O ESTADO DE S.PAULO – “Hamilton rebate Piquet em português após ser chamado de ‘neguinho’: ‘Vamos mudar a mentalidade’”, 28 de junho de 2022. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/velocidade,hamilton-piquet-racismo-formula-1-mentalidade,70004103782>>. Acesso em 1º.07.2022.

O ESTADO DE S.PAULO – “Hamilton se pronuncia e pede que ‘vozes antigas’ da F-1 sejam ignoradas: ‘Não me querem aqui’”, 30 de junho de 2022. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/velocidade,hamilton-f-1-nelson-piquet-racismo,70004106184>>. Acesso em 1º.07.2022.

UOL – “Piquet se desculpa após fala racista sobre Hamilton e critica tradução”. Matéria da Gazeta Esportiva, 29 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/gazeta-esportiva/2022/06/29/piquet-se-desculpa-apos-fala-racista-sobre-hamilton-e-critica-traducao.htm>>. Acesso em 1º de julho de 2022.

UOL – “Em novo trecho de vídeo, Piquet repete racismo e é homofóbico com Hamilton”, 1º de julho de 2022. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2022/07/01/em-novo-trecho-de-video-piquet-repete-racismo-e-e-homofobico-com-hamilton.htm>>. Acesso em 1º.07.2022.

UOL – “F1: Em novo trecho, Piquet repete racismo e acrescenta fala homofóbica contra Hamilton”. Matéria da Motorsport.com, 1º de julho de 2022. Disponível em:

<<https://motorsport.uol.com.br/f1/news/f1-em-novo-trecho-piquet-repete-racismo-e-acrescenta-fala-homofobica-contra-hamilton/10330981/>>. Acesso em 1º.07.2022.

CORREIO BRAZILIENSE – “Fórmula 1 proíbe Nelson Piquet de acessar paddock após racismo com Hamilton”, 29 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/esportes/2022/06/5018971-formula-1-proibe-nelson-piquet-de-acessar-paddock-apos-racismo-com-hamilton.html>>. Acesso em 1º.07.2022.

GE.GLOBO – “Hamilton alfineta Piquet por fala racista e reposta fã: “Quem é Nelson Piquet?””, 28 de junho de 2022.

Disponível em:

<<https://ge.globo.com/motor/formula-1/noticia/2022/06/28/hamilton-fala-em-portugues-e-pede-mudancas-apos-fala-racista-de-piquet.ghtml>>. Acesso em 1º.07.2022.

GE.GLOBO – “Piquet pede desculpas, mas minimiza termo racista contra Hamilton”, 29 de junho de 2022. Disponível em:



<<https://ge.globo.com/motor/formula-1/noticia/2022/06/29/piquet-pede-desculpas-mas-minimiza-termo-racista-contrahamilton.shtml>>. Acesso em 1º de julho de 2022.

GE.GLOBO – “F1 e FIA condenam termo racista usado por Piquet sobre Hamilton”, 28 de junho de 2022. Disponível em: <<https://ge.globo.com/motor/formula-1/noticia/2022/06/28/f1-e-fia-condenam-termo-racista-usado-por-piquet-sobre-hamilton.shtml>>. Acesso em 1º.07.2022.

GE.GLOBO – “Doutor especialista no tema explica racismo em fala de Piquet sobre Hamilton”, 30 de junho de 2022.

Disponível em:

<<https://ge.globo.com/motor/formula-1/noticia/2022/06/30/doutor-especialista-no-tema-explica-racismo-em-fala-de-piquet-sobre-hamilton.shtml>>. Acesso em 1º.07.2022.

ESTADO DE MINAS – “‘Vamos focar em mudar mentalidade’, diz Hamilton à fala racista de Piquet”. Matéria de Izabella

Caixeta, 28 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/06/28/noticia-diversidade,1376451/vamos-focar-em-mudar-mentalidade-diz-hamilton-a-fala-racista-de-piquet.shtml>>. Acesso em 1º.07.2022.

CORREIO – “Hamilton rebate racismo de Piquet: ‘Vamos mudar a mentalidade’”, 28 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/hamilton-rebate-racismo-de-piquet>>

ate-racismo-de-piquet-vamos-mudar-a-mentalidade/>. Acesso em 1º.07.2022.

GAUCHAZH – “Nelson Piquet pede desculpa a Lewis Hamilton após chamá-lo de 'neguinho’”, 29 de junho de 2022.

Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2022/06/nelson-piquet-pede-desculpa-a-lewis-hamilton-apos-chama-lo-de-neguinho-cl4zp7jmp003r01coe392fhx9.html>>. Acesso em 1º.07.2022.

São exemplos da imensa repercussão havida na mídia internacional:

THE WASHINGTON POST – “Lewis Hamilton calls for change; Nelson Piquet apologizes for slur”. Matéria de Cindy Boren, 29 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://www.washingtonpost.com/sports/2022/06/28/lewis-hamilton-nelson-picquet-slur/>>. Acesso em 1º.07.2022.

USA TODAY – “‘Time has come for action’: Lewis Hamilton, Formula 1 respond to racist comments”. Matéria de Richard Morin, 28 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://www.usatoday.com/story/sports/motor/formula1/2022/06/28/formula-one-racist-comments-lewis-hamilton-nelson-piquet-juri-vips/7758840001/>>. Acesso em 02.07.2022.

THE GUARDIAN – “Nelson Piquet aimed further racial and homophobic slurs at Lewis Hamilton”. Matéria de Giles

Richards, 1º de julho de 2022. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/sport/2022/jul/01/nelson-piquet-racial-homophobic-slurs-lewis-hamilton-f1>>. Acesso em 1º.07.2022.

THE SUN – “Nelson Piquet used racist and homophobic slur towards Lewis Hamilton as another vile interview emerges before British GP”. Matéria de Etienne Fermie, 1º de julho de 2022. Disponível em:

<<https://www.thesun.co.uk/sport/19060700/nelson-piquet-racist-homophobic-lewis-hamilton/>>. Acesso em 02.07.2022.

MIRROR – “Nelson Piquet uses racist AND homophobic slur against Lewis Hamilton in fresh footage”. Matéria de Daniel Moxon, 1º de julho de 2022. Disponível em:

<<https://www.mirror.co.uk/sport/formula-1/breaking-piquet-homophobic-racist-hamilton-27375313>>. Acesso em 02.07.2022.

BLOOMBERG – “F1’s Lewis Hamilton Condemns Nelson Piquet’s Racist Slur, Calls for Action”. Matéria de Augusta Saraiva, 28 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-06-28/lewis-hamilton-f1-condemn-former-driver-nelson-piquet-s-racial-slur>>. Acesso em 1º.07.2022.

REUTERS – “Hamilton calls for action amid storm over racist Piquet comment”. Matéria de Gabriel Araújo, 28 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/lifestyle/sports/hamilton-calls-action-amid-storm-over-racist-piquet-comment-2022-06-28/>>.

Acesso em 1º.07.2022.

AL JAZEERA – “Lewis Hamilton hits back at Nelson Piquet after racial slur”, 28 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://www.aljazeera.com/sports/2022/6/28/lewis-hamilton-hits-back-at-nelson-piquet-after-racial-slur>>. Acesso em

1º.07.2022.

EUROSPORT.FR – “F1 – Le dérapage raciste de Piquet envers Hamilton, le britannique le reprend de volée”. Matéria de

Clément Lemaître, 28 de junho de 2022. Disponível em:

<[https://www.eurosport.fr/formule-1/saison-2022/2022/f1-le-derapage-raciste-de-piquet-envers-hamilton-la-fia-le-reprend-de-volee\\_sto9009388/story.shtml](https://www.eurosport.fr/formule-1/saison-2022/2022/f1-le-derapage-raciste-de-piquet-envers-hamilton-la-fia-le-reprend-de-volee_sto9009388/story.shtml)>. Acesso em 1º.07.2022.

CNEWS – “‘Petit nègre’: Des propôs racistes de Nelson Piquet sur Lewis Hamilton refont surface”, 28 de junho de 2022.

Disponível em:

<<https://www.cnews.fr/sport/2022-06-28/petit-negre-des-prop-os-racistes-de-nelson-piquet-sur-lewis-hamilton-refont-surface>>.

Acesso em 1º.07.2022.

LE SOIR.BE – “Dérapage raciste de Nelson Piquet envers Lewis Hamilton: le monde de la F1 condamne fermement”, 28 de

junho de 2022. Disponível em:

<<https://www.lesoir.be/451173/article/2022-06-28/derapage-raise-de-nelson-piquet-envers-lewis-hamilton-le-monde-de-la-f1>>. Acesso em 1º.07.2022.

CORRIERE DELLA SERA -- “Nelson Piquet razzista verso Lewis Hamilton: bufera in F1”. Matéria de Daniele Sparisci, 29 de junho de 2022. Disponível em:

<[https://www.corriere.it/sport/formula-1/22\\_giugno\\_28/nelson-piquet-razzista-lewis-hamilton-bufera-f1-e8b72f32-f6c3-11ec-9143-1626935df89d.shtml](https://www.corriere.it/sport/formula-1/22_giugno_28/nelson-piquet-razzista-lewis-hamilton-bufera-f1-e8b72f32-f6c3-11ec-9143-1626935df89d.shtml)>. Acesso em 1º.07.2022.

SÜDDEUTSCHE ZEITUNG – “Rassistische Äußerungen gegen Hamilton”, 28 de junho de 2022. Disponível em:

<<https://www.sueddeutsche.de/sport/formel-1-rassismus-hamilton-piquet-aeusserungen-1.5610922>>. Acesso em 1º.07.2022.

EL PAÍS – “Nelson Piquet se disculpa por las declaraciones racistas sobre Lewis Hamilton”, 29 de junho de 2022.

Disponível em:

<<https://www.elpais.com.co/deportes/automovilismo/nelson-piquet-se-disculpa-por-las-declaraciones-racistas-sobre-lewis-hamilton.html>>. Acesso em 1º.07.2022.

## 7 - Dignidade da Pessoa Humana, Racismo Estrutural e Violência Homofóbica

As ofensas injuriosas, humilhantes e vexatórias, de cunho racista e homofóbico, vociferadas publicamente pelo réu, ex-piloto tricampeão de Fórmula 1, portanto figura pública e expoente do esporte brasileiro, contra o piloto inglês negro sete vezes campeão de Fórmula 1, por meio da celerada e nauseante entrevista concedida a canal esportivo na internet, viola a um só tempo dois sistemas de normas, ambos considerados fundamentais no arcabouço principiológico consagrado na Constituição Federal, a saber: as normas que protegem a honra e dignidade da pessoa humana e as normas que protegem a população negra contra o racismo.

Refere-se aqui ao racismo como prática velada, a qual não precisa ser revelada de forma verbal e explícita - porque quase nunca o é, mas que reside na maneira com que os fenômenos sociais se reproduzem, guiados pelas estruturas sociais nas quais se alicerçam.

Como bem o descreve o Professor Silvio Almeida,

*"Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam"* (de "Racismo Estrutural - Feminismos Plurais" de Silvio Almeida, livro eletrônico).

Assim, não é preciso que a ofensa seja expressamente decorrente de ódio ou discriminação racial para se lhe reconheça o caráter racista: basta que ela se revele como reprodutora da violência sistêmica que comprovadamente se abate sobre a afrodescendência brasileira.

Quando se tem em mente que o racismo estrutural constitui uma das marcas principais da nossa organização social, é preciso que o Poder Judiciário opere no sentido do desmonte dessa estrutura, substituindo as práticas em que ela se funda por medidas afirmativas de outra conformação pública.

É o mesmo Sílvio Almeida quem fornece elementos para essa reflexão:

*"Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas"* (de "Racismo Estrutural - Feminismos Plurais" de Sílvio Almeida, livro eletrônico)

Tais práticas antirracistas aludidas pelo célebre autor em nada se confundem com a incitação à contraviolência ou ao ódio racial. Pelo contrário, trata-se de dar concretude ao preceito fundamental da dignidade da pessoa humana, encetado no art. 1º, III, na nossa Constituição.

Cuida-se de descortinar as estruturas do racismo, que aqui não é visto com vício moral, mas como baliza incorporada à sociedade de forma consciente ou não ao longo dos séculos e que contagia a economia, a política e o direito.

Quanto à violência homofóbica, o quadro reveste-se de similar gravidade. Como assinala Marcelo Cerqueira, do Grupo Gay da Bahia,

*“Se não existe lei no Brasil que pune [o homossexualismo] também não existem aquelas que garantam os direitos. Se por um lado não existem leis que torna a homossexualidade um crime, por outro existe uma cultura discriminatória velada. Não há punição na Lei como nos países muçulmanos, mas existe uma prática homofóbica instituída culturalmente enraizada no seio de nossa sociedade transmitida pelas famílias, igrejas, instituições públicas e privadas. É ensinado nas escolas que gays, lésbicas e travestis são cidadãos de última categoria. Essa visão é fortalecida por formadores de opinião que promovem campanhas difamatórias contra a homossexualidade.*

*Hoje no Brasil discriminar homossexuais virou entretenimento popular e punir esse popular é o mais difícil e complexo com a*



*legislação atual. Falta atendimento humanitário nas delegacias de polícia, onde os gays têm medo de prestar queixa. Homossexuais discriminados não podem nem apelar ao bispo, visto os depoimentos desses representantes da Igreja Católica.*

*É preciso que a sociedade se conscientize que defender os direitos civis dos homossexuais é um processo de civilidade. E a garantia desses direitos deve servir para aperfeiçoar as relações entre as pessoas e preservar todos os Direitos Difusos e Coletivos da Humanidade. A violência contra esse segmento começa cedo. Em casa com a família, na escola com professores e comunidade estudantil, na faculdade, no trabalho, na rua em todos os lugares, nenhum lugar é seguro para um gay, uma lésbica ou travesti. Os crimes praticados contra esse segmento variam de xingamento ao extermínio físico”*

*(<https://grupogaydabahia.com/about/menus-geral/editorial/>).*

Os dados da violência homofóbica compilados no Relatório de 2021 do Grupo Gay da Bahia são aterradores:

*“300 LGBT+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBT são assassinados: uma morte a cada 29 horas. Esses dados se*

*baseiam em notícias publicadas nos meios de comunicação, sendo coletados e analisados pelo Grupo Gay da Bahia, que há 40 anos divulga essas tristes estatísticas, cobrando do governo políticas públicas que erradiquem essa mortandade que vai muito além desses números, pois representam apenas a ponta de um iceberg de ódio e sangue.*

*“Com exceção de 2020, quando pela primeira e única vez a morte violenta de transgêneros ultrapassou a dos gays, também em 2021, como nas últimas quatro décadas, os gays são em termos absolutos, o grupo mais atingido pela violência letal. Em 2021, os homossexuais masculinos voltaram novamente a ocupar o primeiro lugar no ranking de mortes de LGBTI+: 153 gays (51%), seguidos das travestis e transexuais com 110 casos (36,67%), lésbicas com 12 casos (4%), bissexuais e homens trans 4 casos (1,33%), uma ocorrência de pessoa não binária e um heterossexual, este último confundido com um gay”.*

*(<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>)*

Segundo o Prof. Domingos Oliveira, responsável pela coleta e sistematização desses dados, citado no Relatório, *“o descaso da polícia e desleixo dos jornalistas em registrar com precisão as informações básicas indispensáveis para identificação dos LGBT assassinados, é um aspecto da*

*homotransfobia cultural que macula nossa sociedade, além de dificultar uma análise mais profunda e completa dessas mortes violentas”.*

O Relatório prossegue dando conta de que

*“Ao todo foram citadas 44 profissões\ocupações, incluindo praticamente todos os setores econômicos, demonstrando a presença de indivíduos LGBT em todas as classes sociais e níveis de renda, de profissionais liberais a recicladores, predominando travestis profissionais do sexo e gays professores, estudantes e cabeleireiros. No que se refere à causa mortis, foram documentados 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). Registramos 34 gays (11%) que sofreram latrocínio, infração penal mais grave que os homicídios, já que nesses casos, os assassinos mataram para roubar os pertencentes da vítima.*

*“Quanto ao local dos assassinatos, 36% ocorreram na residência do LGBT, 32% em logradouros públicos, mas também em estabelecimentos comerciais, locais ermos, na orla marítima e matagais. Via de regra gay e lésbica são mortos dentro de casa enquanto travestis e transexuais na rua. Nestas sangrentas e covardes execuções, 28% foram perpetradas com armas brancas (faca, facão, tesoura, enxada – chegando até a 95 facadas!), em seguida, 24% com armas de fogo, 21% de espancamento e estrangulamento, incluindo asfixia, tortura, atropelamento doloso.*

Para o Dr. Toni Reis, da Aliança Nacional LGBTI+, parceiro do Grupo Gay da Bahia nessa pesquisa, *“os requintes de crueldade como muitos dessas execuções foram cometidas, demonstra o ódio extremo dos criminosos, que não contentes em matar, desfiguram a vítima lavando no sangue derramado sua homofobia assassina”*.

**O direito cuja aplicação é reclamada na presente ação coletiva não é o relativo à esfera individual do piloto inglês negro Lewis Hamilton, vítima de imprecações racistas e homofóbicas materializadas pelo menoscabo à honra e à dignidade; mas o direito de toda a sociedade de não se ver afrontada por ações dessa natureza, que ofendem a generalidade das pessoas, gerando repulsa e indignação, o que leva à necessária aplicação do dever de reparar o dano moral perpetrado contra todos, indistintamente, pela via da grave violação de valores fundamentais historicamente conquistados.**

O ex-piloto brasileiro que vociferou publicamente as aviltantes injúrias raciais e homofóbicas é personalidade pública, tricampeão de Fórmula 1, portanto é de se presumir o impacto causado em todos aqueles que assistiram ao vídeo, especialmente os de etnia negra e os membros da comunidade LGBTQIA+, sabedores da amplitude e da gravidade das ofensas perpetradas pelo réu.

Definitivamente, aqui não se cuida dos direitos individuais da vítima, mas do direito da coletividade de não estar submetida ao risco mínimo de

reiteração de condutas dessa natureza, bem como o de ver reparado o dano causado ao senso coletivo de justiça e igualdade.

O tipo de associação feita pelo Requerido é muito comum em ofensas homofóbicas, faz conexão entre a suposta prática de relação homossexual e falta de valor. Veja-se: “não tinha valor algum. É que nem o filho dele. Ganhou um campeonato. O ‘neguinho’ devia estar dando mais c\* naquela época, aí tava meio ruim”.

É o tipo de termo que visa a inferiorizar outra pessoa, um discurso que legitima a violência contra a população LGBTI+.

Segundo dados de estudo da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – FLACSO em parceria com o MEC denominado *Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas, por que frequentam?* LGBTIfobia é um dos principais pontos de evasão escolar:

*“Homossexuais, transexuais, transgêneros e travestis são indicados como pessoas que não se queria ter como colega de classe por 19,3% dos alunos, sendo os jovens do EM os que mais se rejeitam essas pessoas”.*

Em planilha do estudo 7,1% dos alunos não gostariam de ter travestis como colegas, 5,3% não gostariam de ter homossexuais como colegas, 4,4% não gostariam de ter transexuais como colegas e 2,5% não gostariam de ter

transgêneros como colegas. E isso só estamos falando de alunos que abertamente tiveram coragem de declarar seu preconceito.

Em estudo realizado em 2016 com o nome “Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil” com 1.016 estudantes com idade de 13 a 21 anos em todos os estados, com exceção de Tocantins. No qual 71% se identificam como gays ou lésbicas, 22% bissexuais ou pansexuais e 7% travestis e transexuais. 60% declararam que se sentem inseguros nas escolas por serem LGBTI+, 73% foram agredidos verbalmente, 36% foram agredidos fisicamente, 68% foram agredidos em razão de sua identidade ou expressão de gênero.

Em resumo, comentários públicos como o referido agravam referida situação social.

## 8 - Do direito à igualdade e à dignidade como limite à liberdade de expressão

O direito à liberdade de expressão e ideias é consagrado pela Constituição Federal, art. 5º, IV: “*é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato*”.

Ainda que a liberdade de expressão ou a liberdade religiosa sejam direitos constitucionais, o que envolve o pluralismo de ideias e a livre

manifestação dos indivíduos, não há nenhum direito que se revista de caráter absoluto, principalmente tratando de questões de interesse público ou quando desrespeitados outras garantias da própria Constituição, como os preceitos fundamentais de direito humanos e sociais, previstos no artigo 3 e artigo 1, da Constituição Federal.

O Excelso Supremo Tribunal Federal já se pronunciou anteriormente acerca da extensão dos direitos e garantias individuais e ponderou ressalvas sobre o tema, a seguir:

Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição.

O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas – e considerado o substrato ético que as informa –, permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência

harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.”

Esse entendimento também fica evidente no voto que reconheceu a LGBTIfobia enquanto crime da espécie de racismo, a seguir transcrito:

A livre expressão e divulgação de ideias não deve (nem pode) ser impedida pelo Estado, cabendo advertir, no entanto – precisamente por não se tratar de direito absoluto –, que eventuais abusos cometidos no exercício dessa prerrogativa constitucional ficarão sujeitos à apreciação do Poder Judiciário, mediante controle jurisdicional “a posteriori”.

(...)

Com efeito, *a necessidade de assegurar-se*, em nosso sistema jurídico, *proteção às minorias e aos grupos vulneráveis* qualifica-se, *na verdade*, como fundamento imprescindível à *plena legitimação material* do Estado Democrático de Direito.



Ainda sob esse prisma, insta salientar que as manifestações que degradem, inferiorizem, subjuguem, ofendam ou que levem a intolerância ou discriminação, não estão protegidos pela liberdade de expressão, e podem ser configurados como crime, conforme entendimento do STF:

É que pronunciamentos *de índole religiosa* que extravasam os limites da livre manifestação de ideias, degradando-se ao nível primário do insulto, da ofensa e, *sobretudo*, do estímulo à intolerância e ao ódio público *contra os integrantes da comunidade LGBT*, por exemplo, não merecem a dignidade da proteção constitucional que assegura a liberdade de expressão do pensamento, que não pode compreender, *em seu âmbito de tutela*, manifestações revestidas de ilicitude penal.

Isso significa, *portanto*, que a prerrogativa concernente à liberdade de manifestação do pensamento, por mais abrangente que deva ser o seu campo de incidência, não constitui meio que possa legitimar a exteriorização de propósitos criminosos, especialmente *quando as expressões de ódio público* – veiculadas com evidente superação dos limites da propagação de ideias – transgridem, *de modo inaceitável*, valores tutelados pela própria ordem constitucional.

O discurso do ódio<sup>1</sup>, *hate speech*, é disseminado e promovido no momento que determinada classe considerada, ainda que socialmente e não numericamente, como maioria, utiliza-se de manifestações públicas de pensamento para oprimir e ofender grupos minoritários, sejam eles étnicos, religiosos ou sexuais. Desta forma, os discursos de ódio contra grupo de pessoas podem atingir bens jurídicos de coletividade, para número indeterminado de indivíduos, representado por um número indefinido de ofendidos: é aqui que fica evidente a violação a *direito difuso*.

Para a ministra Cármen Lúcia no julgamento destas ações<sup>2</sup>, “*a singularidade de cada ser humano não é pretexto para a desigualdade de dignidades e direitos, e a discriminação contra uma pessoa atinge igualmente toda a sociedade. A tutela dos direitos fundamentais há de ser plena, para que a Constituição não se torne mera folha de papel*”.

É incontestável que se trata de princípio de importância central no edifício institucional construído em 1988 e que enforma o Estado Democrático de Direito no Brasil. Ele constitui um dos pilares do regime democrático, no qual toda forma de censura prévia, uma das marcas mais odiosas e infamantes do regime de arbítrio que infelicitou a nação de 1964 a 1985, afigura-se inaceitável, por negar a individualidade humana que tem na expressão do pensamento a manifestação da personalidade única de cada ser humano.

---

<sup>1</sup> Revista Pensamento Jurídico – São Paulo – Vol. 13, Nº 1, jan./jun. 2019

<sup>2</sup> ADO 26 e MI 4733, decisão do dia 13/06/2020, E. Supremo Tribunal Federal

Porém, as complexidades da vida em sociedade levaram à constatação de que tal direito fundamental – aliás como todos os demais direitos fundamentais – não é, e nem pode ser, absoluto, como desde logo se verifica pela vedação ao anonimato. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já assentou importante precedente jurisprudencial, respaldado pela melhor doutrina nacional.

Desse modo, se é bem verdade que o sentido e o alcance do direito à liberdade de expressão não foram ainda completamente definidos, de forma geral e abstrata, pela legislação brasileira, pela doutrina nacional e pela jurisprudência dos nossos tribunais, resta por outro lado evidenciado que a liberdade de expressão não pode ser exercida para cometer crimes contra a honra, nem para menosprezar pessoas e diminuí-las por meio do discurso.

Tais limites foram objeto do célebre julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no “caso Ellwanger” (HC nº 82.424/RS).

No referido caso, o Supremo foi instado a julgar um Habeas Corpus impetrado pela defesa de um editor de livros do Rio Grande do Sul, de nome Siegfried Ellwanger, que foi condenado pelas instâncias inferiores em razão da publicação de obras de teor antissemita.

A ordem foi denegada pelo Tribunal, e depreende-se o seguinte trecho da ementa do acórdão:

*“13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. Direito à livre*

*expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal”.*

Nesse julgamento, o tema do sentido e do alcance do princípio da liberdade de expressão foi objeto de minuciosa análise por parte do Min. Celso de Mello, que em seu voto reafirmou a força normativa dos tratados internacionais de direitos humanos e a proibição do discurso racista como decorrência da igual dignidade de todos.

Nas palavras do Ministro Celso de Melo:

*“Presente esse contexto, cabe reconhecer que os postulados da igualdade e da dignidade pessoal dos seres humanos constituem limitações à liberdade de expressão, que não pode, e não deve, ser exercida com o propósito subalterno de veicular práticas criminosas, tendentes a fomentar e a estimular situações de intolerância e de ódio público”.*

Para Celso de Mello, não seria sequer o caso de colisão de direitos, porque:

*“Com efeito, há, na espécie, norma constitucional que objetiva fazer preservar, no processo de livre expressão do pensamento, a incolumidade dos direitos da personalidade, como a essencial*

*dignidade da pessoa humana, buscando inibir, desse modo, comportamentos abusivos que possam, impulsionados por motivações racistas, disseminar, criminosamente, o ódio contra outras pessoas, mesmo porque a incitação – que constitui um dos núcleos do tipo penal – reveste-se de caráter proteiforme, dada a multiplicidade de formas executivas que esse comportamento pode assumir, concretizando, assim, qualquer que tenha sido o meio empregado, a prática inaceitável do racismo”.*

O Ministro Celso de Mello concluiu seu voto reconhecendo que em contexto de liberdades aparentemente em conflito, a colisão dele resultante:

*“deve ser equacionada utilizando-se, esta Corte, do método – que é apropriado e racional – da ponderação concreta de bens e valores, de tal forma que a existência de interesse público na revelação e esclarecimento da verdade, em torno de ilicitudes penais praticadas por qualquer pessoa, basta, por si só, para atribuir, ao Estado, o dever de atuar na defesa dos postulados essenciais, como o são aqueles que proclamam a dignidade da pessoa humana e a permanente hostilidade contra qualquer comportamento que possa gerar o desrespeito à alteridade, com inaceitável ofensa aos valores da igualdade e da tolerância, especialmente quando as condutas desviantes, como neste caso,*

*culminem por fazer instaurar tratamentos discriminatórios fundados em inadmissíveis ódios raciais”.*

No mesmo caso, o Professor Celso Lafer debruçou-se igualmente, no parecer emitido como *Amicus Curiae*, sobre os limites da liberdade de expressão, assinalando que:

*“O art. 4 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação racial, e que partiu da vis directiva do art. III, c, da Convenção de 1948 para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, inclui, como já foi mencionado, na estrutura do crime da prática do racismo, o incitamento à discriminação.*

*(...)*

*“Este artigo, como lembra Lindgren Alves, foi objeto de discordância como tinha sido o art. 20 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, (...).*

*“Argüiram os opositores do art. 4º que ele limitaria a liberdade de expressão. O entendimento que prevaleceu foi o de que essa limitação era amplamente justificada pela experiência histórica já discutida neste parecer. Estava juridicamente respaldado, como aponta Lindgren Alves, no espírito e na letra do art. 29 da*

*Declaração Universal, “que condiciona os direitos e liberdades fundamentais de cada um aos deveres para com a comunidade, assim como aos direitos e liberdades dos outros” (José Augusto Lindgren Alves, A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos, cit., p. 91).*

*“Essa mesma linha de raciocínio, sobre a existência de limites à liberdade de expressão, foi a seguida pelo STF na vigência da Constituição de 1946, no recurso extraordinário nº 25848/MG, do qual foi relator o Ministro Ribeiro da Costa. No acórdão de 2/XII/1954, por unanimidade, o STF, a propósito da liberdade de imprensa, afirmou que esta comportava limites lícitos, justificando-se ‘a interdição de órgão de publicidade quando se demonstra o incitamento à subversão da ordem pública e social ou a propaganda de guerra ou de preconceitos de raça ou de classe’”.*

Do mesmo modo, a doutrina nacional respalda o entendimento de que há limites à liberdade de expressão. Como explica André de Carvalho Ramos,

*“no Brasil, adotamos a visão da ‘liberdade de expressão responsável’, que possui limites implícitos e explícitos. São limites explícitos à liberdade de expressão: (...) e indenização ao dano material, moral ou à imagem – art. 5º, V. Por sua vez, são*

*limites implícitos aqueles gerados pela ponderação com os demais direitos, como, por exemplo, (...) no caso de divulgação de ideias racistas, o direito à igualdade (art. 5º, caput)” (Curso de Direitos Humanos, 8 ed, São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 745).*

Para além disso, José Emílio Medauar Ommati sustenta que a prática do discurso preconceituoso e discriminatório sequer pode ser considerada exercício da liberdade de expressão:

*“a proibição do discurso de ódio que se encontra em nossa Constituição ao proibir a prática de racismo visa justamente assegurar o desenvolvimento de uma comunidade de pessoas livres e iguais. Assim, a proibição da prática de racismo através de discursos preconceituosos não limita a liberdade de expressão. Pois já não se trata de liberdade de expressão, mas uso do discurso para negar direitos fundamentais” (Liberdade de expressão e discurso de ódio na Constituição de 1988, 5 ed, Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2021, e-book).*

Vitor Amaral Medrado, ao discorrer sobre o pensamento de Waldron, assinala que:



*“o perigo do discurso de ódio é tornar impossível, ou de todo muito difícil, o exercício da cidadania por parte de membros de grupos vulneráveis”.*

*“Como quer Waldron (2012, p. 52), a legislação visa proteger os aspectos elementares da dignidade cívica. Essa dignidade, porém, não deve ser compreendida tão somente como concepção filosófica do imensurável, mas como uma questão de status, isto é, uma demanda por reconhecimento e igual tratamento a que todos os membros da sociedade fazem jus. A ideia é a de que também os membros dos grupos vulneráveis são dignos de respeito e reconhecimento.*

*“Para Waldron, existe uma ameaça inerente ao discurso de ódio que não se esgota na sua violência. É que discursos desse tipo resultam na desconsideração da dignidade, da segurança e do status de alguns membros da sociedade” (A liberdade de expressão e a Justiça brasileira – Tolerância, discurso de ódio e democracia, 2 ed, Dialética, 2019, e-book).*

Resta, portanto, evidenciado que o exercício do direito à liberdade de expressão conhece limites, e essa liberdade não pode ser exercida para cometer crimes contra a honra, nem para menosprezar pessoas e diminuí-las por meio do discurso.

## 9 - Do direito difuso violado

### 9.1 - Constituição Federal

Importa mencionar, antes de mais nada, a *vis directiva* contida no Preâmbulo da Constituição Federal de 1988, que faz referência expressa à igualdade e à justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos:

*“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”.*

Em seu art. 1º, a Constituição consagra o princípio da dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (inc. III).

No art. 3º, estão elencados os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre os quais figura o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (inc. IV).

No art. 4º, a Constituição elenca os princípios norteadores das relações internacionais, entre eles a “prevalência dos direitos humanos” (inc. II) e o “repúdio ao racismo” (inc. VIII).

No caput do art. 5º a Constituição reconhece o princípio da igualdade: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”.

O inciso X assegura que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

O inc. XLII determina que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

## 9.2 - Normas infra-constitucionais

As condutas praticadas configuram aparentes crimes contra a honra (Código Penal, arts. 138 e seguintes), violando, ainda, toda diretriz constante do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

A Lei nº 7.716/1989 (conhecida como Lei Caó) define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, com extensa previsão de condutas criminosas, entre elas a de “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa” (art. 20).

O Código Civil, por seu turno, estabelece no art. 186 que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

O Código Civil prevê o dever de indenizar: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem” (art. 927).

Além da Lei nº 7.716/89 que aplica-se nos casos de racismo LGBTI+, nas últimas décadas a humanidade constatou o óbvio, por meio de evoluções jurisprudenciais e legislativas, no sentido de que a diversidade é crucial para o desenvolvimento de qualquer civilização humana. Nesse ínterim, diversas normas foram editadas acerca do tema no Brasil e no mundo para que o

princípio da dignidade da pessoa humana receba a dignidade normativa que merece.

### 9.3 - Instrumentos internacionais que vinculam o Brasil

As falas racistas e homofóbicas do réu violam igualmente compromissos assumidos pelo Brasil por força dos seguintes textos internacionais:

#### 9.3.1 - Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estabelece importante marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral, como norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

O art. I da Declaração estabelece que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

Prossegue determinando no art. II, 1, que “Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

No art. VII consagra o princípio da igualdade: “Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

No art. XII assegura a inviolabilidade da honra: “Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques”.

### 9.3.2 - Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966

Adotado pela Resolução nº 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966, o Brasil depositou a Carta de Adesão em 24 de janeiro de 1992.

Os Estados Partes no Pacto passam a considerar que, em conformidade com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família

humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, e reconhecem que esses direitos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana.

No art. 2, 1, os Estados Partes “comprometem-se a respeitar e garantir a todos os indivíduos que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição”.

O art. 17,1, assegura que “Ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais às suas honra e reputação”.

O art. 20 determina que “Será proibida por lei qualquer apologia do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência”.

Por fim, o art. 26 estabelece que “Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da Lei. A este respeito, a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação”.

### 9.3.3 - Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), de 1969

A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) foi assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 e ratificada pelo Brasil em 7 de setembro de 1992. O propósito da Convenção é o de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem.

O art. 1 estabelece a obrigação de respeitar os direitos, sem discriminação: “Os Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social”.

O art. 11 consagra o direito à proteção da honra e da dignidade: “Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade”; “Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação”.



Deve ainda ser mencionada aqui a Opinião Consultiva 24/2017 a pedido da República da Costa Rica, a qual foi um dos principais documentos que fundamentou a decisão do STF na ADI 4275 reconhecendo o direito à retificação de registro civil por pessoas trans diretamente em cartório. A OC 24/2017 é extremamente rica e merece destaque aqui seu item 64:

63. A este respeito, o Tribunal estabeleceu que o artigo 1.1 da Convenção é uma norma de caráter geral cujo conteúdo se estende a todas às disposições do tratado, e estabelece a obrigação dos Estados Partes de respeitar e garantir o pleno e livre exercício dos direitos e liberdades nele reconhecidos "sem qualquer discriminação". Ou seja, independentemente da origem ou da forma que assuma, qualquer tratamento que possa ser considerado discriminatório em relação ao exercício de qualquer um dos direitos garantidos na Convenção é, per se, incompatível com a mesma. A violação pelo Estado da obrigação geral de respeitar e garantir os direitos humanos, por meio de qualquer tratamento diferente que possa resultar discriminatório, ou seja, que não persiga fins legítimos, seja desnecessário e/ou desproporcional, gera responsabilidade internacional. É por isso que existe uma ligação indissolúvel entre a

obrigação de respeitar e garantir os direitos humanos e o princípio da igualdade e da não discriminação.

Isso significa que a convenção deve ser aplicada em favor de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero.

### 9.3.4 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965

Adotada pela Resolução n. 2.106-A 000 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21 de dezembro de 1965 e ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968, os Estados Membros firmaram a Convenção a partir da premissa segundo a qual a doutrina da superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, inexistindo justificção para a discriminação racial, em teoria ou na prática, de qualquer maneira, em lugar algum. Reafirmam que a discriminação entre as pessoas por motivo de raça, cor ou origem étnica é obstáculo às relações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos e a harmonia de pessoas vivendo lado a lado, até dentro de um mesmo Estado, convencidos de que a existência de barreiras raciais repugna os ideais de qualquer sociedade humana.

No art. 1º, § 1, a Convenção define o sentido da expressão "discriminação racial" para os fins da Convenção: "significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou

origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública”.

No art. 2º, § 1, b), estabelece que “Cada Estado Membro compromete-se a não encorajar, defender ou apoiar a discriminação racial praticada por uma pessoa ou uma organização qualquer”. E a alínea d) do mesmo artigo fixa o dever de cada Estado membro de “tomar todas as medidas apropriadas, inclusive, se as circunstâncias o exigirem, medidas de natureza legislativa, para proibir e pôr fim à discriminação racial praticada por quaisquer pessoas, grupo ou organização”.

O art. 4º afirma ainda que “Os Estados Membros condenam toda propaganda e todas as organizações que se inspirem em ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendam justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais, e comprometem-se a adotar imediatamente medidas positivas destinadas a eliminar qualquer incitação a uma tal discriminação, ou quaisquer atos de discriminação com este objetivo, tendo em vista os princípios formulados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e os direitos expressamente enunciados no artigo V da presente Convenção”.

O art. 6º determina que “Os Estados Partes assegurarão às pessoas que estiverem sob sua jurisdição proteção e recursos eficazes perante os tribunais nacionais e outros órgãos do Estado competentes, contra todos os atos de discriminação racial que, contrariando a presente Convenção, violem os seus direitos individuais e as suas liberdades fundamentais, assim como o direito de pedir a esses tribunais satisfação ou reparação, justa e adequada, por qualquer prejuízo de que tenham sido vítimas em virtude de tal discriminação”.

### 9.3.5 – Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, de 2013

Como assinala André de Carvalho Ramos (*Curso de Direitos Humanos*, 8 ed, São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 395), essa Convenção, que foi assinada pelo Brasil, é pioneira nas Américas e realizou significativo avanço, por seu conceito inclusivo no que tange às diferentes facetas da discriminação, explicitando fatores de discriminação e grupos vulneráveis, inclusive a orientação sexual.

Já no Preâmbulo os Estados Parte reconhecem “o dever de se adotarem medidas nacionais e regionais para promover e incentivar o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de todos os indivíduos e grupos sujeitos a sua jurisdição, sem distinção por motivo de (...) orientação sexual (...)”.

Já no art. 1º a Convenção adota definição de discriminação abrangendo a distinção, exclusão, restrição ou preferência inclusive por orientação sexual.

A intolerância é definida como “um ato ou conjunto de atos ou manifestações que denotam desrespeito, rejeição ou desprezo à dignidade, características, convicções ou opiniões de pessoas por serem diferentes ou contrárias. Pode manifestar-se como a marginalização e a exclusão de grupos em condições de vulnerabilidade da participação em qualquer esfera da vida pública ou privada, ou como violência contra esses grupos”.

Os arts 2º e 3º definem os direitos protegidos: “Todo ser humano é igual perante a lei e tem direito à igual proteção contra qualquer forma de discriminação e intolerância, em qualquer esfera da vida pública ou privada” (art. 2º).

“Todo ser humano tem direito ao reconhecimento, gozo, exercício e proteção, em condições de igualdade, tanto no plano individual como no coletivo, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados na legislação interna e nos instrumentos internacionais aplicáveis aos Estados Partes” (art. 3º).

### 9.3.6 – Princípios de Yoagyakarta

Os Princípios de Yogyakarta já foram reiteradamente reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal e versam sobre princípios que devem reger os

direitos das pessoas LGBTI+, além de estabelecer orientações para os Estados signatários, merecendo destaque nesta peça o segundo item:

## 2. DIREITO À IGUALDADE E A NÃO-DISCRIMINAÇÃO

Todas as pessoas têm o direito de desfrutar de todos os direitos humanos livres de discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Todos e todas têm direito à igualdade perante à lei e à proteção da lei sem qualquer discriminação, seja ou não também afetado o gozo de outro direito humano. A lei deve proibir qualquer dessas discriminações e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer uma dessas discriminações. A discriminação com base na orientação sexual ou identidade gênero inclui qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero que tenha o objetivo ou efeito de anular ou prejudicar a igualdade perante à lei ou proteção igual da lei, ou o reconhecimento, gozo ou exercício, em base igualitária, de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais. A discriminação baseada na orientação sexual ou identidade de gênero pode ser, e comumente é,

agravada por discriminação decorrente de outras circunstâncias, inclusive aquelas relacionadas ao gênero, raça, idade, religião, necessidades especiais, situação de saúde e status econômico.

Merecem destaque ainda as recomendações *c* e *e* do item 2:

- c) Adotar legislação adequada e outras medidas para proibir e eliminar a discriminação nas esferas pública e privada por motivo de orientação sexual e identidade de gênero;
- e) Em todas as respostas à discriminação na base da orientação sexual ou identidade de gênero deve-se considerar a maneira pela qual essa discriminação tem interseções com outras formas de discriminação;

No que tange à alínea *c*, o Brasil ainda tem atuado de forma tímida na legislação, mas a jurisprudência é sólida ao aplicar o princípio da não discriminação desde as primeiras instâncias até o Supremo Tribunal Federal.

A alínea *e*, por sua vez, é muito importante no caso em tela, uma vez que trata da interseccionalidade entre os tipos de discriminação que aqui se

deu pela cor do ofendido e também por uma hipotética prática homossexual que é usada como forma de inferiorizar pessoas pertencentes àquele grupo.

Ainda que a ofensa tenha sido direcionada a uma pessoa, portanto, referida ofensa atinge toda a coletividade, em desacordo com o que reza a norma internacional.

## 10 - Do dano moral coletivo e dano social

As falas vis e torpes vociferadas pelo réu, personalidade pública de renome mundial, não se dirigiram apenas ao piloto inglês negro heptacampeão Lewis Hamilton, submetido a ofensas graves e ultrajantes.

A população brasileira como um todo foi igualmente afetada por referidos atos de racismo e homofobia em violação a direitos humanos fundamentais.

A simples crueza das ofensas traz à tona e reforça as mais dolorosas manchas da história brasileira, a repercutir até os dias de hoje: os abusos cometidos contra a população negra e contra a comunidade LGBTQIA+.

Como explica Adilson Moreira, termos como "neguinho", "crioulo", "negão" são utilizados em uma variedade de situações. Mas expressam estereótipos, representações negativas sobre pessoas negras. Elas reproduzem a ideia de que negros não são atores sociais competentes, são pessoas



moralmente degradadas. Para esse autor, *“esse foi exatamente o sentido utilizado por Nelson Piquet quando fez referência a Lewis Hamilton”*.

No mesmo sentido, Djamila Ribeiro, Mestre em Filosofia Política e coordenadora da coleção de livros *Feminismos Plurais*, observa que o réu “em nenhum momento da entrevista falou o nome de Hamilton, referindo-se a ele apenas como ‘neguinho”

Djamila Ribeiro cita em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* de 30 de junho de 2022 a reflexão de Adilson Moreira, segundo a qual

*“Nelson Piquet precisa harmonizar sua convicção de superioridade racial com o fato de que um homem negro é infinitamente superior a ele. Ele chama Hamilton de ‘neguinho’. A convicção de superioridade racial de Nelson Piquet está restaurada”*.

Sobre o teor do esfarrapado pedido de desculpas do réu, Djamila Ribeiro assinala que

*“De fato, pessoas brancas – e me refiro no geral, de todas as vertentes políticas, não apenas ao ex-piloto brasileiro, um convicto eleitor do atual presidente do país – se sentem confortáveis para serem racistas no Brasil e utilizam em larga escala as palavras ‘neguinho’, ‘nego’ e ‘negão”*.

Contudo, prossegue Djamila Ribeiro,

*“essas expressões não são sinônimos de ‘pessoa’, uma vez que a marcação do outro é justamente um modo de desumanizar. Na*

*própria entrevista, enquanto Hamilton é apenas um ‘neguinho’, não existe ‘o branquinho’ para se referir a um piloto branco.*

*E é importante salientar que o uso de ‘nego’ é sempre para salientar algo negativo.”*

Os resquícios da escravidão na realidade atual do Brasil são redundantes: até hoje, negros sofrem negligência de seus direitos civis básicos; os negros são as principais vítimas da violência; o desemprego atinge os negros acentuadamente; os trabalhadores negros recebem remuneração inferior; os consumidores negros são tratados com indignidade por seguranças de estabelecimentos comerciais; e a injúria racial é frequente nos ambientes de trabalho, em eventos esportivos, e também nas redes sociais.

Do mesmo modo, membros da comunidade LGBTQIA+ são frequentemente alvos de ataques preconceituosos, discriminatórios e homofóbicos, que vão desde xingamentos até atos de violência física, como lesões corporais e homicídio.

Como já foi dito, os dados da violência homofóbica compilados no Relatório de 2021 do Grupo Gay da Bahia são aterradores:

*“300 LGBT+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBT são assassinados: uma morte a cada 29 horas. Esses dados se baseiam em notícias publicadas nos meios de comunicação, sendo coletados e analisados pelo Grupo Gay da Bahia, que há 40 anos*

*divulga essas tristes estatísticas, cobrando do governo políticas públicas que erradiquem essa mortandade que vai muito além desses números, pois representam apenas a ponta de um iceberg de ódio e sangue”.*

Para o Dr. Toni Reis, da Aliança Nacional LGBTI+, parceiro do Grupo Gay da Bahia nessa pesquisa, *“os requintes de crueldade como muitos dessas execuções foram cometidas, demonstra o ódio extremo dos criminosos, que não contentes em matar, desfiguram a vítima lavando no sangue derramado sua homofobia assassina”.*

Contra essa realidade aviltante é que se ergue a consciência ética e jurídica do povo brasileiro, por meio do arcabouço principiológico consagrado na Constituição Federal, nos Tratados internacionais e nas normas infraconstitucionais.

O que a consciência ética e jurídica brasileira pretende, conforme o próprio texto constitucional promulgado, é dignidade e igualdade de direitos para todos os seres humanos, de todas as raças e de todas as orientações sexuais.

Por todas essas razões, as ofensas perpetradas pelo réu atingem não apenas os direitos individuais da vítima, mas os valores de toda a coletividade, e da população negra e da comunidade LGBTQIA+ em especial.

Sua autoestima, dignidade e honra foram profundamente agredidas, tendo como resultado intenso sofrimento moral, dor, humilhação, repulsa e indignação.

Não por outra razão se compreende a grande repercussão que o caso assumiu no país e no mundo, gerando indignação e revolta numa sociedade que rompeu há mais de século com a segregação legal, mas que ainda se vê às voltas com resquícios deste passado odioso.

Referido dano moral coletivo suscita **reparação civil**. O Poder Judiciário brasileiro já reconheceu que a proteção constitucional contra o dano moral não se refere unicamente ao indivíduo singularmente considerado. A proteção da honra alcança qualquer coletividade, sobretudo grupos identificáveis por meio de raça, etnia ou religião.

De acordo com o Enunciado nº 456 do Conselho da Justiça Federal (aprovado na V Jornada de Direito Civil):

*“A expressão ‘dano’ no art. 944 abrange não só os danos individuais, materiais ou imateriais, mas também os danos sociais, difusos, coletivos e individuais homogêneos a serem reclamados pelos legitimados para propor ações coletivas”.*

As Associações Autoras entendem que, para a reparação apropriada do dano moral coletivo verificado, é indispensável a condenação do réu ao pagamento de indenização pecuniária, bem como a obrigações de fazer consistentes em práticas antirracistas e anti-homofóbicas e de promoção da equidade racial e de orientação sexual.

A condenação se impõe em razão da magnitude dos direitos aviltados e do caráter antissocial dos ilícitos perpetrados contra os mais basilares valores constitucionais.

O que se verifica é que as lesões ocorridas atingem valores fundamentais da sociedade, de forma injusta e intolerável. São precisamente esses os requisitos para configuração do dano moral coletivo, segundo a jurisprudência mais recente do STJ.

É o que se depreende do julgado a seguir transcrito:

*“12. O dano moral coletivo é categoria autônoma de dano que não se identifica com os tradicionais atributos da pessoa humana (dor, sofrimento ou abalo psíquico), mas com a violação injusta e intolerável de valores fundamentais titularizados pela coletividade (grupos, classes ou categorias de pessoas). Tem a função de: a) proporcionar uma reparação indireta à lesão de um direito extrapatrimonial da coletividade; b) sancionar o ofensor; e c) inibir condutas ofensivas a esses direitos transindividuais.*

*13. Se, por um lado, o dano moral coletivo não está relacionado a atributos da pessoa humana e se configura in re ipsa, dispensando a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral, de outro, somente ficará caracterizado se ocorrer uma lesão a valores*

*fundamentais da sociedade e se essa vulneração ocorrer de forma injusta e intolerável.”* (REsp 1502967/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018).

De fato, o Superior Tribunal de Justiça já firmou tese consolidada na Corte sobre responsabilidade civil por dano moral coletivo. Segundo o E. STJ:

*“O dano moral coletivo, aferível in re ipsa, é categoria autônoma de dano relacionado à violação injusta e intolerável de valores fundamentais da coletividade”* (Entendimento publicado na edição nº 125 da Jurisprudência em Teses).

Não há dúvida quanto à necessidade de reparação do dano moral transindividual decorrente da afetação causada à sociedade, portanto.

A jurisprudência acolhe essa linha de pensamento, o que se pode ver a partir dos arestos a seguir transcritos:

*“[...] 5. O dano moral coletivo atinge interesse não patrimonial de classe específica ou não de pessoas, uma afronta ao sentimento geral dos titulares da relação*

*jurídica-base. [...]”* (REsp 1197654/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 08/03/2012).

*“1. O dano moral coletivo, assim entendido o que é transindividual e atinge uma classe específica ou não de pessoas, é passível de comprovação pela presença de prejuízo à imagem e à moral coletiva dos indivíduos enquanto síntese das individualidades percebidas como segmento, derivado de uma mesma relação jurídica-base.*

*2. O dano extrapatrimonial coletivo prescinde da comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico, suscetíveis de apreciação na esfera do indivíduo, mas inaplicável aos interesses difusos e coletivos. [...]”* (REsp 1057274/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2009, DJe 26/02/2010).

O direito pátrio reconhece, ademais, o dano social, o qual se confirma pela própria promulgação da Lei nº 12.966/2014, que expressamente fez constar na LACP, a possibilidade do manejo da Ação Civil Pública em defesa da honra e da dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.  
Transcreve-se:

“Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio-ambiente; II - ao consumidor; III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo; V - por infração da ordem econômica; VI - à ordem urbanística; VII – à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos ; III – ao patrimônio público e social”.

Em sendo assim, verificado o dano social e sua extensão, requer-se desde já o ajuste probatório em sede de instrução para o fim de promover-se a inversão do ônus probatório, dada a dificuldade do polo autor em demonstrá-los exaustivamente e as regras processuais que o autorizam a tanto.

Diante disso, surgirá o dever objetivo de reparar por parte do réu também sob a perspectiva social, ou coletiva (dano social autônomo).

Conforme a Doutrina, danos sociais são:

*“[...] lesões à sociedade, no seu nível de vida, tanto por rebaixamento de seu patrimônio moral – principalmente a respeito da segurança – quanto por diminuição na qualidade de vida. Os danos sociais são causa, pois, de indenização punitiva por dolo ou culpa grave, especialmente, repetimos, se atos que reduzem as condições*



*coletivas de segurança, e de indenização dissuasória, se atos em geral da pessoa jurídica, que trazem uma diminuição do índice de qualidade de vida da população” (AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social. In: FILOMENO, José Geraldo Brito; WAGNER JR., Luiz Guilherme da Costa; GONÇALVES, Renato Afonso (coord.). *O Código Civil e sua interdisciplinariedade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p.376).*

Como se vê, estão presentes na espécie tanto os elementos caracterizadores do dano moral coletivo quanto do dano social, estes diretamente decorrentes de um grave dano aos valores desenvolvidos ao longo da história pela sociedade brasileira.

A atitude do Senhor Piquet, falando enquanto figura pública mundial, ofende primados basilares da dignidade humana tutelados como garantias fundamentais previstas no inciso X do art. 5º da Constituição Federal Brasileira:

Art. 5º

(...)

X- “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”  
(grifamos).

Ademais, o caso em tela, mostra-se evidente a realização de um ato ilícito por parte do Requerido, assim destacamos o que alude o art. 186 do Código Civil, *in verbis*:

“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.  
(grifamos)

Nesta mesma linha, segue o art. 187, CC, dispondo que o excesso capaz de causar dano a terceiro, deve ser reparado, pois trata-se de ilícito, responsável por lesar direito de outrem:

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Neste sentido, surge o dever legal de indenizar, conforme normas contidas no art. 927, CC que assim dispõe:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

É por isso que a Lei de Ação Civil pública conclui referido raciocínio, ao dispor sobre danos difusos especificamente como o caso aqui presente:

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011). VII – **à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. (Incluído pela Lei nº 12.966, de 2014)**

O discurso de ódio, o racismo, emanados nas declarações do Requerido perpetuam uma ideia equivocada de que pessoas LGBTI+ são inferiores, são de alguma forma aberrações, são nada mais que sombras

inumanas, o que vai de encontro com todo o avanço feito nos últimos anos contra esse tipo de violência.

Podemos definir o dano moral como abalo psíquico, intelectual ou moral que a pessoa sofre, seja ele por ataque à honra, intimidade, imagem, nome, privacidade ou até mesmo físico.

No Brasil há proteção constitucional tutelado no art. 5º, incisos V e X, dispõe que a indenização pelos danos morais se inclui como garantia individual:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

A fala ofende não somente pessoas negras, mas inferioriza a população LGBTI+. Seguindo esse raciocínio conceitual de dano moral, Carlos Roberto Gonçalves, conceitua o dano moral asseverando que:

“Dano moral é o que atinge o ofendido como pessoa, não lesando seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade, como a honra, a dignidade, intimidade, a imagem, o bom nome, etc., como se infere dos art. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Federal, e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação” (GONCALVES, 2009, p.359).

Yussef Said Cahali por sua vez, assim dispõe:

“Dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (CAHALI, 2011, pag. 28).

Nesse sentido, é possível considerar que o dano moral está vinculado à dor, angústia, sofrimento e tristeza, não restringindo-se a esses temas, pois estende a todos os bens personalíssimos.

Assim, verifica-se clara distinção entre os danos moral e material, onde a principal distinção está nos efeitos da lesão, e a repercussão que esta causou sobre o ofendido e seus bens tutelados.

Ver uma pessoa em posição de tricampeão mundial de um dos esportes mais populares do mundo ,propagando ideias de pura discriminação, excludentes, chega a ser assustador.

Suas declarações implicam grande retrocesso em toda a luta dedicada nos últimos anos, representando humilhação em forma de ofensa estrutural à todos que tiveram seu sangue derramado pela violência racista e LGBTfóbica, às mortes, violências físicas, psicológicas e seus reflexos nas vidas de inúmeras pessoas LGBTI+, as quais lutam diariamente pelo direito de não serem invisibilizadas, ou seja, o simples direito de existir.

É assim comprovado o dano moral coletivo, não se trata de mera questão de liberdade de expressão ou opinião.

A opinião é restringida diante da dignidade humana de outrem, desta forma, opinião não é inferiorizar grupo social em relação a outro, opinião não é manto que pode ser usado para esconder práticas criminosas. Opinião não é o direito de praticar o crime de racismo. Opinião não é ofender e discriminar inúmeras famílias.

Acerca da liberdade de expressão, o próprio STF já julgou que este não é direito absoluto, não podendo, assim, ser usado como argumento para cometer crimes:

HABEAS-CORPUS. PUBLICAÇÃO DE LIVROS:  
ANTI-SEMITISMO. RACISMO. CRIME  
IMPRESCRITÍVEL. CONCEITUAÇÃO.  
ABRANGÊNCIA CONSTITUCIONAL.  
LIBERDADE DE EXPRESSÃO. LIMITES. ORDEM  
DENEGADA. (...)

13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. 14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF Art. 5º § 2º, primeira parte). O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o "direito à incitação ao racismo", dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica. (...)  
(STF - HC 82.424-2 RS. Relator MOREIRA ALVES. Data de julgamento 17/09/2003, Tribunal Pleno. Data de publicação: 19/03/2004)

Havendo a existência de lesão, a própria Lei 7.347/85 traz a previsão legal do dano moral coletivo em seu artigo 1º, *caput* e IV:

“Art. 1º. Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (...)  
- a qualquer outro interesse difuso ou coletivo”

Carlos Alberto Bittar Filho narra nesse sentido:

“(...) o dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial.”

Por fim, cabalmente configurado o Dano Moral.



O valor a ser arbitrado deverá ser condizente com o dano provocado, e a quantia deve ser economicamente significativa como Carlos Alberto Bittar ensina:

“(...) deve traduzir-se em montante que represente advertência ao lesante e à sociedade de que se não se aceita o comportamento assumido, ou o evento lesivo advindo. Consubstancia-se, portanto, em importância compatível com o vulto dos interesses em conflito, refletindo-se de modo expressivo, no patrimônio do lesante, a fim de que sinta, efetivamente, a resposta da ordem jurídica aos efeitos do resultado lesivo produzido. Deve, pois, ser quantia economicamente significativa, em razão das potencialidades do patrimônio do lesante. Coaduna-se essa postura, ademais, com a própria índole da teoria em debate, possibilitando que se realize com maior ênfase, a sua função inibidora de comportamentos. Com efeito, o peso do ônus financeiro é, em um mundo em que cintilam interesses econômicos, a resposta pecuniária mais adequada a lesionamentos de ordem moral.”

Desta maneira, é imperioso lembrar que as declarações homotransfóbicas e racistas do Requerido atingem a sociedade como um todo, especialmente por vigorar no país o princípio da não-discriminação.

## 11 - Da inversão do ônus da prova

Segundo estabelece o art. 21 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985), “Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.”

O inciso VIII do art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, inserido justamente no título a que se reporta o art. 21 da Lei da Ação Civil Pública, autoriza a inversão do ônus da prova em benefício do consumidor, em duas hipóteses: quando for verossímil sua alegação ou quando ele for hipossuficiente. É o que se vê da leitura desse dispositivo:

Art. 6º: São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

A inversão do ônus da prova em determinadas hipóteses é também admitida expressamente pelo Código de Processo Civil, nos seguintes termos:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

III - definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373;

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

(...)

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do *caput* ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

A garantia do direito à inversão do ônus da prova é sumamente importante para a defesa dos direitos difusos em juízo, visto que a sua inexistência poderia vir a acarretar prejuízos irreparáveis às vítimas de danos materiais e morais coletivos e sociais.

A não concessão da inversão do ônus da prova implicaria violação de direito material e básico da parte autora, direito esse que visa a facilitar a defesa processual. Vale ressaltar que esse direito não é de natureza processual, mas de natureza material, garantia de proteção efetiva e apta à reparação de danos.

A verossimilhança exigida pelo CDC para concessão da inversão do ônus da prova é mais do que um indício de prova, é a aparência de verdade. No caso em tela, isso está robustamente demonstrado.

Sendo assim, caso não haja aceitação dos fatos tal como narrados, malgrado sejam eles públicos e notórios, requer-se a inversão do ônus da prova para que as pessoas jurídicas demandadas demonstrem a não ocorrência dos fatos que servem de fundamento à presente ação. Desde já, fica requerido o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) a título de dano moral e social coletivos.

## 12 - Das obrigações de fazer

A reparação integral de dano dessa magnitude e alcance não pode se dar exclusivamente na esfera pecuniária ou indenizatória. É necessário que se imponha ao réu leque de obrigações capaz de impedir a reiteração da sua conduta. Tais medidas estão a seguir apontadas:

- a-) O demandado deve publicar em nota pedido público de desculpas legítimo reconhecendo o erro de fazer alusão racista a qualquer pessoa em todas as suas redes sociais, retratando-se das afirmações racistas e homofóbicas;
- b-) Em caso de reiteração da conduta em qualquer meio de comunicação. O que inclui qualquer espaço em meio digital, o demandado pagará multa de 100.000,00 (cem mil reais) por ocorrência.

### 13 - Da fixação do valor da indenização

Postula-se a definição do *quantum* indenizatório em montante efetivamente capaz de atingir o seu propósito de implicar em efetiva reprimenda. É preciso que se fixe valor de reparação para o que se deve levar em conta a imensa gravidade da conduta, as suas consequências e a riqueza do réu.

De acordo com o art. 944 do Código Civil, “A indenização mede-se pela extensão do dano”.

Para a fixação do quantum indenizatório, devem ser consideradas algumas peculiaridades do caso concreto, levando em conta, primordialmente, a magnitude dos direitos aviltados – a negação dos desdobramentos do passado escravocrata do Brasil e o atentado à dignidade e à honra das populações negras e da comunidade LGBTQIA+.

Importante ser considerada, também, a condição social e econômica da parte ofendida. A população negra, embora seja maioria estatisticamente, ocupa a base da pirâmide social e econômica no Brasil, com maiores índices de pobreza e exclusão social, assim como a população indígena.

Ainda quanto à fixação do quantum indenizatório, importa assinalar que a indenização será revertida ao fundo destinado à reconstituição dos bens lesados, conforme dispõe o art. 13 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985). Não se pode falar, portanto, na espécie, em vedação ao enriquecimento sem causa como parâmetro para limitar o valor da indenização em patamares irrisórios.

Não se deve esquecer, também, que a reparação tem ainda a finalidade de sancionar o ofensor do ato ilícito, devendo ser levado em consideração, para esse fim, o elevado poder econômico do requerido.

Ademais, a indenização pelo dano moral coletivo tem a finalidade de punição pedagógica do infrator, ostentando igualmente um viés preventivo.

Esse é o sentido do Enunciado nº 379 do Conselho da Justiça Federal (aprovado na IV Jornada de Direito Civil):

*“O art. 944, caput, do Código Civil não afasta a possibilidade de se reconhecer a função punitiva ou pedagógica da responsabilidade civil”.*

Nesse ritmo é importante dizer que a indenização deve ser justa de acordo com a gravidade dos fatos, a fixação do quantum indenizatório não deve ser insignificante para o ofensor, ao passo que não deve servir de fonte de enriquecimento ilícito, é esse o entendimento de José Raffaeli Santini:

“o critério de fixação do dano moral não se faz mediante um simples cálculo aritmético. O parecer a que se referem é que sustenta a referida tese. Na verdade, inexistindo critérios previstos por lei a indenização deve ser entregue ao livre arbítrio do julgador que, evidentemente, ao apreciar o caso concreto submetido a exame fará a entrega da prestação jurisdicional de forma livre e consciente, à luz das provas que forem produzidas. Verificará as condições das partes, o nível social, o grau de escolaridade, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para a fixação do dano, haja vista que costumeiramente a regra do direito pode se revestir de flexibilidade para dar a cada um o que é seu.”

Não é diferente o entendimento de Mário da Silva Pereira:

“o fundamento da reparabilidade pelo dano moral está em que, a par do patrimônio em sentido técnico, o indivíduo é titular de direitos integrantes de sua personalidade, não podendo conformar-se à ordem jurídica em que sejam impunemente atingidos”. “A vítima de uma lesão a algum daqueles direitos sem cunho patrimonial efetivo, mas ofendida em um bem jurídico que em certos casos pode ser mesmo mais valioso do que os integrantes de seu patrimônio, deve receber uma soma que lhe compense a dor ou o sofrimento, a ser arbitrada pelo juiz, atendendo às circunstâncias de cada caso, e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido. Nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva”.

Em reportagem da Folha de São Paulo de 2002 intitulada “Piquet de Gravata fatura mais que na F-1”<sup>3</sup>:

A empresa dele faturou R\$ 121 milhões em 2001. Em 2002, deve chegar à casa dos R\$ 200 milhões. Detém 85% do mercado nacional, emprega 500

---

<sup>3</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2512200212.htm>



funcionários e, desde a sua fundação, em 1994, cresce de 25% a 35% ao ano, em média.

Nelson Piquet às vezes esquece que foi piloto de F-1. Aos 50 anos, o tricampeão (81, 83 e 87) tornou-se um executivo de sucesso e quebrou uma regra: grande parte de seus colegas, ex-campeões da categoria, é um fiasco nos negócios.

Neste diapasão, a indenização não apenas repara o dano moral, mitigando-o, mas também atua de forma educativa ou pedagógica para o ofensor e a sociedade, inibindo novas práticas semelhantes.

Por tais razões, requer-se a condenação do requerido no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) a título de dano moral coletivo.

## 14 - Dos requerimentos

Por todo o exposto, as Associações Autoras requerem:

I) Seja o réu citado para acompanhar os termos da presente demanda e oferecer resposta no prazo legal sob pena de revelia, até final sentença de total procedência desta lide; Desde já requer-se a realização de audiência de conciliação para o fim de encontrarem as partes solução consensual ao litígio.

II) Seja determinada a inversão do ônus probatório, como autorizam o art. 21 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985) e os arts. 357, III, e 373, § 1º, do CPC, caso negue o réu a ocorrência de referidas entrevistas ou edição de suas falas;

III) Sejam impostas ao réu as seguintes obrigações de fazer:

a-) O demandado deve publicar pedido público de desculpas genuíno reconhecendo o erro de fazer alusão racista a qualquer pessoa em todas as suas redes sociais, retratando-se das afirmações;

b-) Em caso de reiteração da conduta em qualquer meio de comunicação, o que inclui qualquer espaço em meio digital, o demandado pagará multa de 100.000,00 (cem mil reais) por ocorrência.

IV) Seja julgada procedente a presente Ação Civil Pública para que seja condenado o réu ao pagamento de indenização por dano moral coletivo e dano social no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), quantia a ser revertida ao fundo previsto no art. 13 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985);

V) Seja o réu condenado em custas, emolumentos e honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 2º, do CPC;

VI) Seja notificado o membro do Ministério Público para atuar como fiscal do ordenamento jurídico.

As Associações Autoras deixam de recolher custas diante do mandamento contido no art. 18 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).

As Associações Autoras protestam pela produção de todas as provas em direito admitidas, sobretudo documental, pericial e testemunhal.

Declaram os subscritores da presente demanda, sob pena de responsabilidade pessoal, a autenticidade e veracidade das cópias documentais juntadas nos autos.

## 15 - Da audiência de conciliação ou de mediação

Requer-se a designação de audiência prévia de conciliação ou de mediação, nos termos do que dispõe o art. 319, VII, do CPC.

## 16 - Do valor da causa

Dá-se à causa o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

MÁRLON REIS, ESTORILIO & LÉDA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Nestes termos,

Pedem e esperam deferimento.

Brasília, DF, 4 de julho de 2022.

Luciano Caparroz Pereira dos Santos

Diretor Presidente do Centro Santo Dias de Direitos  
Humanos

Márlon Jacinto Reis

OAB/DF nº 52.226

Amanda Souto Baliza

OAB/GO 36.578

Olivia Raposo da Silva Telles

OAB/SP nº 125.930

Rafael Martins Estorilio

OAB/DF 47.624, OAB/MA 21.041-A e OAB/TO  
10.111 – A

Matheus Sales de Oliveira Lopes

OAB/TO nº 9.737

Thiago Thobias

MÁRLON REIS, ESTORILIO & LÉDA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

OAB/SP 279.877

ANEXOS:

- Doc. 1 – Atas das assembleias;
- Doc. 2 – Procurações;
- Doc. 3 – Estatutos das associações.